



O ESPETÁCULO DAS “RELÍQUIAS INANIMADAS DOS MORTOS”: O Jornal A União e os negócios da Parahyba do Norte na Primeira República¹

Wilma Guedes de Lucena
Universidade Federal da Paraíba

Resumo

As teses de Walter Benjamin sobre o conceito de história são, a nosso ver, provocadoras para os estudiosos que se detêm ao passado. Elas estimulam o questionamento acerca dos bens culturais de outrora, tornados fontes documentais nas pesquisas histórico-geográficas, e provocam-nos a elaborar uma outra forma de tratar e evidenciar esse passado e a sociedade que o caracterizava, bem como o espaço nela produzido. Com base nisso, objetivamos problematizar as fontes documentais – especialmente os textos da Imprensa Oficial – que na Primeira República foram espetacularizadas e instrumentalizadas no processo de expansão e reprodução capitalistas na e da Parahyba do Norte. A discussão é feita a partir de uma série documental, qual seja o jornal A União, que constituía a imprensa oficial na Parahyba do Norte no período republicano. Ao final do texto, propomos um debate de método que busque dessacralizar as fontes documentais, “reliquias inanimadas dos mortos” segundo Hobsbawn, para enfim elaborarmos outras perspectivas histórico-geográficas, que ressalte o ponto de vista dos subalternizados e que seja ativa e transformadora, como propôs Benjamin.

Palavras-chave: Fontes documentais; Jornal A União; Parahyba do Norte.

EL ESPECTÁCULO DE LAS "RELIQUIAS INANIMADAS DE LOS MUERTOS": El periodico A União y los negocios de Parahyba do Norte en la Primera República

Resumen

Las tesis de Walter Benjamin sobre el concepto de historia son, a nuestro ver, provocadoras para los estudiosos que se detienen al pasado. Ellas estimulan el cuestionamiento sobre los bienes culturales de antaño, convertidos en fuentes documentales en las investigaciones histórico-geográficas, y nos provocan a elaborar otra forma de tratar y evidenciar ese pasado y la sociedad que lo caracterizaba, así como el espacio en ella producido. Sobre esas bases, objetivamos

problematizar las fuentes documentales – especialmente los textos de la Prensa Oficial – que en la Primera República fueron espectacularizadas e instrumentalizadas en el proceso de expansión y reproducción capitalistas en la Parahyba do Norte. La discusión se hace a partir de una serie documental, que es el periódico A União, que constituía la prensa oficial de la Parahyba do Norte en el período republicano. Al final del texto, proponemos un debate de método que busque desacralizar las fuentes documentales, "reliquias inanimadas de los muertos" según Hobsbawn, para finalmente elaborar otras perspectivas histórico-geográficas, que resalte el punto de vista de los subalternizados y que sea activa y transformadora, como propuso W. Benjamin.

Palabras clave: Fuentes documentales; Diario A União; Parahyba do Norte.

INTRODUÇÃO

A concepção de método explicitada nas teses benjaminianas sobre o conceito de história são nosso guia nesse textoⁱⁱ, e embora reconheçamos a importância dos tratamentos dados às fontes documentais sob metodologias específicas, não discutiremos sobre as especificidades destas abordagens.

O objetivo é problematizar as fontes documentais – especialmente os textos da Imprensa Oficial – que na Primeira República foram espetacularizadas e instrumentalizadas no processo de expansão e reprodução capitalistas na Parahyba do Norte. Nesses termos, faz-se necessário algumas considerações.

Devemos explicar o porquê a problematização das fontes documentais constitui a motivação central do objetivo supracitado. Consideramos que esses documentos, as “reliquias inanimadas dos mortos” – tal como Hobsbawn (1988) denomina toda sorte de recursos utilizados na análise de períodos pretéritos – não são apenas registros que sobreviveram ao longo da história e que o pesquisador pode utilizar para recompor e apreender esses períodos. Os documentos, sejam eles símbolos, imagens, escritos (impressos ou gravados) etc., são “filhos” de seu tempo e como tal foram criados/elaborados para fins inerentes aos processos e relações sociais próprios de seu “presente histórico”.

Nessa perspectiva, propomos uma abordagem das fontes documentais que além da desconstrução de metanarrativas e/ou constatação das presenças e ausências nos documentos, também desvende os processos constitutivos de sua elaboração e espetacularização. Assim, concordamos com Sousa Neto (2018, mimeo) quando diz que “a barbárie que habita os documentos deve ser a chave de sua interpretação”.

Por seu turno, as particularidades que envolvem a série documental selecionada para essa discussão bem como a realidade empírica tratada no conteúdo desses documentos, também devem ser explicitadas. Nesse caso, trazemos os desdobramentos da pesquisa de doutorado que estamos realizando e na qual foi selecionada algumas séries documentais (jornais, mensagens presidenciais, leis,

decretos e estatutos) com o intuito de discutir a produção do espaço urbano no estado da Parahyba do Norte. Para verticalizar a discussão aqui proposta, selecionamos o jornal *A União*, tanto por ser a série documental mais abundante que acessamos em termos de textos e propagandas, por constituir o veículo oficial dos governos da Parahyba do Norte no período republicano, como também por compreendê-lo como uma fonte documental que explicitava o seu papel (e o da imprensa de maneira geral) na realização do projeto “civilizatório” inerente aos negócios que envolviam a periferia do capitalismo na transição do século XIX para o XX.

Nesse debate, tratamos a Parahyba do Norte como uma periferia inserida na lógica expansionista do capital, cujo território era propagandeado como um objeto portátil, trocável e vendável, e que, portanto, “circulava” e era capitalizado por meio das propagandas e dos jornais divulgados para esse fim. De tal modo, colocamos esse espaço nos mesmos termos de Assis (2016) ao dizer do Brasil e seus produtos nos espetáculos montados nas Exposições Universais realizadas ao longo do século XIX.

Para dar continuidade ao debate, reforçamos a possibilidade e a necessidade de entender os processos de comercialização, valorização e expropriação do/no espaço, sobretudo a periferia, também a partir do desvendamento da construção, elaboração e finalidades dadas aos documentos. Isto porque a espetacularização em torno dessas “relíquias”, a exemplo de como ocorria nas Exposições Nacionais, Exposições Universais, em projetos propagandísticos, atuação de comissões e escritórios etc., era uma etapa importante para efetivar aqueles processos.

Por fim, cabe as seguintes perguntas: seremos nós, pesquisadores, cúmplices desse espetáculo? Em que medida podemos dessacralizar as “relíquias inanimadas”, retirá-las da condição de monumento, como sugere Sousa Neto (2018, mimeo) e escrever a história a contrapelo, como propôs Benjamin?

A IMPRENSA, O ESPETÁCULO E AS RELÍQUIAS

O livro *“A imprensa em pauta”*, da autora Ana Carla S. Fernandes, discute a teatralização da imprensa no Ceará do século XIX para realização dos ideais de “grupos burgueses [...] atrelados à política partidária, liberal e conservadora”. A autora analisa as pautas negociadas, estipuladas ou muitas vezes impostas, as suas disposições nas páginas e colunas dos jornais e que “representavam o cenário para o ato de comunicar” (FERNANDES, 2006, p. 11).

De fato, não podemos negar a importância das negociações que ocorriam em torno do que seria, ou não, pautado nos jornais; de como se dava o ato da comunicação, ou seja, para onde e para quem circulavam e como os textos eram elaborados; e de quem estava por trás dessas decisões. Esse tipo de interpretação é profícua, sobretudo no campo da semiótica, em que signos, significados e mesmo o significado da comunicação, são fundamentais na análise. Essas interpretações

revelam, por exemplo, as metanarrativas e as ausências nos documentos, isto é, aquilo que está contido nos textos, mas que não aparece de imediato ao leitor.

Contudo, a análise e a discussão não podem se encerrar na “desconstrução sem fim das elaborações discursivas de outros, tem de insistir na materialidade dos processos sociais ainda que reconheça o poder e a importância dos discursos e das percepções na moldagem da vida social e na investigação histórico-geográfica” (HARVEY, 2015, p. 37). Assim, compreendemos que as materialidades históricas típicas da sociabilidade capitalista permeiam não só a produção e valorização do espaço como também os próprios documentos produzidos nos diferentes presentes históricos.

Essa perspectiva teórica, a nosso ver, apresenta as fontes documentais não apenas como veículos de informações, de um dado discurso ou como registros a serem consultados e desvendados pelos pesquisadores que se detêm a tempos pretéritos. Ela possibilita também o entendimento dos documentos como produtos e instrumentos que eram exibidos e utilizados nos espetáculos preparados para a realização do projeto “civilizatório”, da modernização e da negociação de territórios sob a dinâmica expansionista do capital (e aqui tratamos especificamente do final do século XIX e início do XX). Esses mesmos documentos ocultavam os atos de violência e o processo de expropriação em torno desses projetos e negócios. Portanto, enquanto pesquisadores precisamos desfetichizar as “reliquias” para então desvendar os papéis que elas cumpriam na produção e valorização do espaço como também desvendar as contradições que se davam no interior desses processos.

O jornal *A União*: a espetacularização dos negócios da Parahyba do Norte

O jornal *A União* foi fundado em um contexto de muitos eventos políticos e foram estes que motivaram a sua criação. Em 1892 foi publicada a primeira edição desse periódico, para o qual se atribuiu o papel de “harmonizar as diversas correntes que disputavam, historicamente, a concentração da riqueza e do poder e cujos atores mudavam, a partir daí, de barões para coronéis” (RODRIGUES, 201-). Segundo Gonzaga Rodrigues, que publicou uma breve história do impreso no próprio site do jornalⁱⁱⁱ,

A União surgiu na tentativa de viabilizar a convivência entre as ambições políticas deflagradas com a mudança de regime e atizadas com a sucessão de golpes iniciados a partir de 15 de novembro. Golpe no regime monárquico, golpe no Congresso recém instalado, golpe de Floriano sobre o golpe de Deodoro. E golpes locais a cada composição de governo de que se cogitasse ou que se conseguia formar. (RODRIGUES, [201-], s/p, grifo do autor).

Desse modo, como todo documento de cultura, “*documento de barbárie*” nas palavras de Benjamin, o referido jornal surgiu a partir de um lugar de poder e para reprodução desses poderes em diferentes escalas. Fato que se comprova com as intenções acima descritas por Rodrigues (201-) concernentes à criação do jornal *A União*^{iv}. Portanto, as condições políticas, econômicas e sociais próprias do golpe político da Primeira República e das contradições delineadas nesse tempo histórico constituem e ao mesmo tempo se revelam no periódico supracitado.

Conquanto, o jornal não apresentava um papel político *stricto sensu*, mas sim de interesses políticos e econômicos, em que as noções de público e privado estavam profundamente imbricadas. Lembremos que essa indissociabilidade entre público e privado era característica da Primeira República e dos contextos políticos regionais (BRITO, 2006; MARTINS, 1994). Nesse sentido, *A União* se tornou um dos instrumentos para feitura dessa trama de interesses na Parahyba do Norte e seu conteúdo não revelava apenas discursos e intenções, mas também a efetivação de projetos e a realização de negócios dos quais o próprio jornal era veículo. Fato este registrado com as matérias divulgadas ao longo das décadas de 1910 e 1920 em que o referido impresso divulgava medidas e projetos que envolviam os negócios parahybanos no, segundo Costa (2010), incipiente mercado interno do Brasil e também das praças estrangeiras.

Assim, em 15 de janeiro de 1913 o Jornal *A União* informava aos seus leitores que João Castro Pinto, então presidente do estado da Parahyba do Norte, enviou uma carta ao governante do estado do Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão, indicando os serviços propagandísticos do jornalista Symphronio Magalhães. A indicação mencionava um plano de divulgação dos estados do Nordeste brasileiro na Europa, cujo objetivo era atrair investimentos de capital estrangeiro para os estados que aderissem a esse projeto. Symphronio Magalhães foi indicado por ter sido membro da “*Comissão de Expansão Econômica do Brasil na Europa*” e, como tal, realizou várias conferências^v nos centros econômicos europeus “*tendo sempre em vista a vulgarização do nosso paiz nos seus modernos aspectos, as incalculáveis riquezas do seu enorme territorio, a salubridade de seu clima, etc*”.

Ainda em 1913, precisamente na data de 13 de setembro, o referido jornal transmitia informações dos encaminhamentos para realização desse projeto. Para isso, publicava a tradução do artigo “*O Estado da Parahyba do Norte – as vantagens que elle offerece ao capital e ao trabalho*”, escrito por Symphronio Magalhães e originalmente publicado em francês no jornal *Neptune* (na cidade de Antuérpia). O artigo descrevia as riquezas vegetais e minerais do estado, bem como as possibilidades para a produção agrícola, e concluía que ali (na Parahyba) o trabalho e o capital poderiam encontrar resultados remuneradores, contando, inclusive, com amplas garantias do governo da Parahyba do Norte.

Sobre isso, há que mencionar que o referido projeto propagandístico não era inaugural no Brasil. É que a criação de comissões e a elaboração de relatórios,

compêndios, inventários, artigos e mapas que detalhavam os recursos naturais, a disponibilidade de terras e a “boa vontade” dos gestores públicos em facilitar os investimentos estrangeiros, foi uma prática bastante comum nos períodos do Império e da Primeira República. Em meados dos Oitocentos já se mobilizava comerciantes, intelectuais e políticos para a produção desses materiais e seleção de produtos com o intuito de participar das Exposições Universais e demais eventos criados para a exibição de mercadorias, produtos primários, técnicas, invenções científicas e material de belas artes de todo o mundo. Segundo Raimundo Assis (2016), essas práticas propagandeavam o território transformando-o em “um fundo de investimentos para os centros de acumulação de capital” e nesse sentido conformavam verdadeiras vitrines da geopolítica do capitalismo. Dentre as muitas críticas elaboradas pelo autor acerca das relações estabelecidas no âmbito das Exposições Universais, tem-se a afirmação de que nesses espaços se reforçava as relações de subordinação das periferias aos centros de acumulação do capital, primeiramente a Grã-Bretanha e depois, os Estados Unidos.

Segundo Margareth Pereira (2000), essas exposições, feiras, museus comerciais etc. difundiram formas de “olhar o mundo” em que os atos de “olhar, comparar e julgar” as diversas sociedades, povos e culturas se davam numa perspectiva fortemente evolucionista, classificatória e hierarquizante. Em verdade, “pode-se dizer que [...] esse julgamento comparativo de povos e culturas veio consolidar novas práticas sociais e um novo trinômio: exibir, admirar e consumir” (PEREIRA, 2000, p. 11).

Os anos de 1907 a 1909 foram de intensas atividades propagandísticas do Brasil no exterior. A autora Maria Borges (2007), detalha algumas medidas encampadas para a “venda” de um Brasil “moderno e civilizado”, destacando sobretudo a fundação do Museu Commercial do Rio de Janeiro e a criação do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro (criado em 3 de outubro de 1907 pelo Decreto-lei n. 6.688). Logo após a criação desse serviço, foi instalado um escritório em Paris, no *Boulevard d’Italiens*, com o intuito de efetivar os negócios que se pretendia realizar. Além disso, em 1908 foi dado início à Exposição Nacional realizada no Rio de Janeiro, que agregava todos os envolvidos nesse amplo projeto comercial.

A autora mostra que nos anos de “vida útil” do Museu Commercial, foram montadas exposições permanentes com coleções *in natura* dos diferentes estados da União, e tanto dentro como fora do país foram realizadas inúmeras conferências acerca da vida e da produção desses estados. Nesse ínterim, “um mostruário contendo 2.066 amostras de diferentes produtos nacionais foi montado pela ‘Comissão de Propaganda’ do Museu” e no exterior foi distribuído “um total de 139.127 livros e opúsculos; 241.847 mapas diversos e mandou editar 1.814.337 cartões-postais e pequenos reclames sobre os produtos brasileiros” (BORGES, 2007, p. 102-103). Para concretizar os contatos nos países cujas propagandas eram realizadas,

[...] o Museu contou com o Serviço de Propaganda e Expansão do Brasil no Estrangeiro, que [...] funcionava no *Boulevard d’Italiens*, em Paris, desde fins de 1907. Em suas dependências foi instalado o Museu Commercial do Brasil no Estrangeiro, uma espécie de agência de propaganda do Brasil sonhado pelas elites urbanas. Essa sala de exposição recebeu a visita de cerca de 2.000 pessoas, sobretudo de comerciantes, industriais, engenheiros e homens de letras no decorrer de 1908-34. Além de intermediar a remessa de coleções para outros museus, o Serviço de Propaganda também se encarregava de distribuir boletins do Museu Commercial do Rio de Janeiro, relatórios produzidos pelo *Centro Industrial do Brasil*, os quais eram “editados em francês, inglês, alemão e italiano”. Este material, organizado em 12 livretos, continha informações sobre “obras públicas (estradas, portos, etc.), correios, telegraphos, saúde publica, commercio interior, exterior e navegação, finanças, produção agrícola e pastoril, minas e minerais, propaganda e expansão economica, leis e regulamentos, relatórios e estatísticas, vários assumptos”. (BORGES, 2007, p. 102, grifo da autora)

Esse “olhar” para o exterior a fim de captar as experiências “bem-sucedidas” e ao mesmo tempo mostrar-se como território trocável e vendável, está explícito em várias matérias publicadas na Parahyba do Norte ao longo das primeiras décadas da República, e de maneira muito frequente no jornal *A União*. Este jornal, que constituía a Imprensa Oficial dos governos daquele período, servia de instrumento para a divulgação interna e conexões externas dos negócios parahybanos^{vi}, fossem públicos ou privados. Desse modo, a Parahyba do Norte era “miniaturizada” nos jornais para então ser “vendida” nas praças estrangeiras e ao mesmo tempo para ser “civilizada” e modernizada internamente. Por conseguinte, usamos as palavras de Assis (2016, p. 39, grifo do autor) para dizer que “forjava-se *um mundo em miniatura* sobre a geopolítica do capitalismo”.

Dentre as muitas matérias do jornal *A União* publicadas no período republicano, podemos citar algumas que revelam os processos supracitados: “*Olhemos para a Belgica*”^{vii}; “*Noticias de Paris – a mutualidade na França*”^{viii}; “*O Brasil no estrangeiro*”^{ix}, “*A propaganda do Nordeste do Brasil na Europa*”^x.

Além disso, a Parahyba também participou da Exposição Nacional de 1908, na qual expôs produtos como bebidas, cordas e cordões feitos com fibra da Parahyba, livros^{xi} que provavelmente continham informações sobre o estado, fotos etc. Dentre os delegados representantes desse estado na exposição, estavam o advogado e engenheiro Miguel Raposo e José Manoel Pereira Pacheco. Vale dizer

que logo em seguida o Estado da Parahyba do Norte participou da Exposição de Turim (em 1911) o que provavelmente contribuiu para reforçar as propagandas desse estado nas praças estrangeiras.

Com essas informações, entendemos que aquela articulação entre João Castro Pinto, Alberto Maranhão e Symphronio Magalhães revela uma demanda que não era exclusiva do Estado da Parahyba do Norte e do Rio Grande do Norte, qual seja apresentar-se como mercado potencial para o capital estrangeiro das diferentes economias imperialistas que intentavam investir no Brasil. O próprio Symphronio Magalhães aponta uma série de atividades (industriais, de produção agrícola e extrativistas) que poderiam ser amplamente expandidas. E, fazendo uso de sua experiência naquela comissão que foi tão atuante entre 1907-08, esse jornalista montou um escritório na cidade de Antuérpia (Bélgica) em 1913 com o intuito de colocar a Parahyba no rol dos investimentos estrangeiros.

A difusão de propagandas dos territórios e de suas riquezas era uma estratégia dos governos dos estados, os quais estavam em domínio das frações de classe que eram intimamente ligadas aos comércios e atividades produtivas regionais ou locais. A atuação política desses agentes permitia uma articulação com as diferentes esferas de governo *pari passu* às articulações econômicas internas e externas. Como exemplo, podemos citar o baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida, que em 1907 era ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, tendo sido o proponente e promotor da Exposição Nacional de 1908 realizada no Rio de Janeiro, como também foi membro da comissão de expansão econômica do Brasil no exterior, e cuja família (Calmon du Pin e Almeida) participou da criação da Sociedade Nacional de Agricultura – a mesma sociedade que levou à cabo a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) entre os anos de 1908-09.

Nesses termos, vemos que o diálogo iniciado por João Castro Pinto com Alberto Maranhão não se tratava apenas de uma estratégia para dinamizar as economias de seus respectivos estados, mas também de se inserir na divisão internacional do trabalho que se conformava com os novos centros capitalistas (ARRUDA, 2012) e ao mesmo tempo reproduzir as suas relações locais de poder (COSTA, 2010).

Além disso, lembremos que a imprensa se colocava à serviço do projeto “civilizatório” e de modernização da expansão capitalista que marcou o Império e sobretudo a Primeira República. A paisagem contida nos textos era aquela das palavras e comportamentos amenos, sinônimos da “fidalga cortezia” das classes senhoriais^{xii}, como revela um texto publicado na edição de 28 de janeiro de 1906 no jornal *A União* ao afirmar que

Esse convívio ameno, respeitoso e de fidalga cortezia que os homens civilizados se mutuam em suas relações privadas, eles o devem praticar mais imperiosamente, mais nitidamente, em suas relações públicas, que exprimem a mais elevada manifestação da vida social.

Nas manifestações da vida social moderna occupa lugar preeminente a imprensa, como o mais valioso instrumento da civilização; e entre os bellos productos dessa grande conquista do progresso humano salienta-se, por sua feição democratica, o jornalismo que tem a missão de educar e instruir o povo do modo mais facil e mais commodo, ao alcance de todas as intelligencias e de todas as bolsas.

Pois bem, ao jornalista cabe grande somma de responsabilidade pelo exercicio de uma das mais nobres funcções sociaes: sua actividade é das mais importantes, sua missão das mais civilizadoras. (Matéria “Nossa atitude”, Jornal A União, 28 de janeiro de 1906, grifos nossos).

Bem, se a missão era ser “instrumento da civilização”, educar e instruir todas as “intelligencias” e “bolsas”, é preciso desvendar as concepções existentes por trás das noções de “progresso humano”, de “feição democratica” e das “funções sociaes” associadas a essa missão. Urge falar sobre as diferenças e desigualdades no trato com as inteligências e classes sociais que se mencionava. Portanto, aqui reside um dos desafios da pesquisa documental, qual seja, o desvendamento dos vestígios do passado que ocultam as contradições e as violências constitutivas dos projetos de progresso, civilização e de suas feições “democráticas”.

Assim, não é por acaso que muitas matérias dos jornais oficiais, do jornal *A União* no caso do Estado da Parahyba do Norte, tinham por objetivo o convencimento^{xiii} da “importância” das transformações urbanas; da necessidade dos elevados gastos públicos com serviços e infraestruturas; dos necessários transtornos para implantação desses serviços; da urgência de se educar sob os princípios de uma economia liberal; e, das “vantagens” da poupança; cujos benefícios nunca estavam ao alcance de todos.

Essas narrativas podem ser facilmente verificadas nas edições do Jornal *A União* nos anos de 1906, 1913, 1917, 1918, 1923, 1926 e 1927. Falava-se das “vantagens” de isenções de impostos para os proprietários que colaborassem (fosse com a limpeza de terrenos próprios e/ou com a construção de muros nos seus limites) para boa conservação da higiene na cidade, mas, ao mesmo tempo cobravam-se impostos aos trabalhadores mais pobres, moradores e/ou proprietários de habitações precárias, a exemplo das casas de palha; elogiava-se a “boa vontade” dos gestores no sentido de angariar mais recursos públicos para os melhoramentos urbanos; difundia-se a ideia de um “progresso” baseado na realização do moderno; dentre outros pretextos. Nesse interstício, era propagandeada a imagem de que os benefícios seriam socializados com todos os parahybanos e de que se avançava

[...] a largos passos para os seus grandes destinos de paz e progresso.

[Pois,] Ao apagar das luzes do periodo administrativo transacto, todos nós sabiamos que esta capital havia entrado firme no desenvolvimento regular das suas forças chrematísticas, mas uma chrematística assentada consciente e patrioticamente sobre os varios aspectos da nossa vida collectiva. E não ha como relembrar a acção pertinaz e honesta do passado governo, desdobrada em extremas solitudes pela transformação material da cidade, extendendo por toda parte a sua vehemente e fecunda vontade de trabalhar pelo bem estar da população parahybana.

Tenhamos vistos os melhoramentos de inaudível e real utilidade commum, effectuados uns, iniciados ou simplesmente esboçados outros, que, sob as luzes da actual gestão dos publicos negocios, se vão realizando *pari passu* de idéas como nunca tivemos em qualquer do dois regimens. (“Os progressos da Parahyba, jornal A União, 13 de dezembro de 1913).

Porém, ao enfatizar o “desenvolvimento regular das suas *forças chrematísticas*”, referindo-se ao desenvolvimento da capital parahybana, fica claro que os interesses eram, sobretudo, materiais e financeiros, muito mais do que os benefícios “*sobre os varios aspectos da [...] vida collectiva*”. Além disso, a menção à associação entre a gestão dos negócios públicos e um conjunto de ideias antes inexistente nos dois regimes (monárquico e o início da república) revela uma nova forma de conceber o Estado e de intervir no espaço que se configurava sob a lógica de expansão de mercados, principalmente das economias imperialistas.

Os problemas sociais, de serviços e infraestrutura que envolviam a habitação, o saneamento, o abastecimento de água, as secas, a pobreza etc. eram tratados, por sua vez, quando convinha destacar alguma ação específica e/ou algum agente, fosse público ou privado. Destacava-se os “ilustres” personagens e os “feitos” que realizaram em prol da Parahyba do Norte ou, por exemplo, algumas ações quando era necessário socializar por todas as classes os custos das obras e projetos a serem implantados. Este segundo caso é perceptível em várias matérias do jornal *A União*, a exemplo das intituladas “*Emprestimo popular – Esgôtos da Parahyba*” e “*Emprestimo popular de 8.000:000\$000 do Estado da Parahyba do Norte*”^{xiv} em que eram anunciadas as vantagens da emissão de apólices para participação de sorteios de prêmios em dinheiro e cujos investimentos seriam revertidos nas obras de construção dos esgotos e melhoramentos para o abastecimento de água na capital do estado, a Cidade da Parahyba.

A *União* publicava com frequência os discursos e palestras de políticos como João Castro Pinto, Epitácio Pessoa, Antonio Massa ou engenheiros, advogados, médicos etc. como Flavio Maroja, Miguel Raposo, Saturnino de Brito, Baeta Neves, dentre outros. Portanto, o jornal cumpria o papel de noticiar e instruir, fosse por textos literários, palestras, discursos ou artigos científicos, mas também de propagandear: os negócios que envolviam a exportação de produtos, sobretudo “Ouro Branco”^{xv}; as obras realizadas na Parahyba do Norte (obras contra as secas, de infraestrutura para transportes, de urbanização etc.); e, a certeza que esses eram empreendimentos confiáveis, tanto no que se refere à arrecadação tributária quanto ao lucro.

De tal modo, dizia-se que *“grande é o número de parahybanos illustres nas armas, nas sciencias, na politica, nas artes, nas letras etc.”*^{xvi}; que os *Yankees* pediam *“interessadamente a atenção dos inglezes em incitar o desenvolvimento da produção de algodão no Brasil, que offerece as mais amplas possibilidades [...] e isso é bastante significativo aos nossos produtores”*^{xvii}; que as “boas” condições financeiras do Estado da Parahyba do Norte provavam *“a bôa garantia que offerece o [...] empréstimo popular”*^{xviii} para a realização de obras públicas, dentre muitas outras coisas.

Assim, o espaço tornado mercadoria sob as negociações que envolviam produção agrícola, renda fundiária e obras públicas era miniaturizado nos textos que circulavam não só na Parahyba do Norte, mas no território nacional e nas praças estrangeiras. Sobre essa circulação dos impressos, Socorro Barbosa (200-, p. 11) mostra que era comum *“que as matérias fossem retiradas dos jornais, mesmo dos estrangeiros: notícias, folhetins, contos, ensaios e cartas circulavam em inúmeros jornais, numa ‘rede’, guardadas as devidas proporções, muito parecida com a que hoje vemos fazer circular muitos textos e notícias pela Internet”*.

O “espetáculo” realizado por e para aquelas matérias não era apenas o da cultura letrada e de sua circulação, mas era principalmente o do projeto modernizador e “civilizatório” bem como dos negócios que envolviam a expansão de mercados para os espaços periféricos. Ocultava-se, por sua vez, os nomes e rostos de todos aqueles explorados, expropriados, violentados, enfim, de todos aqueles que também pagavam (compulsoriamente) com suor e sangue pela realização daquele espetáculo e da produção de riquezas que ali se dava.

O conteúdo desse espetáculo e dos processos sociais que o envolviam pode (ou não) ser atualizado nas releituras dos documentos históricos e, por conseguinte, no presente histórico dessas releituras^{xix}.

PARA DESSACRALIZAR AS “RELÍQUIAS” – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O espetáculo busca atrair o olhar e a atenção de um público para algo que é exibido, mas que também se coloca à admiração e ao consumo. Na Parahyba do Norte do período republicano, o jornal *A União* espetacularizava as negociações em torno do espaço-mercadoria e este era vendido ora como condição para a produção^{xx}

(agrícola e, por vezes, industrial), ora como produto – espaço produzido – para atender as demandas de expansão e reprodução do capital estrangeiro, tal como acontecia com as obras de infraestruturas para a expansão de serviços e diversificação de capitais. Ademais, lembremos que o próprio jornal era apresentado como instrumento de um projeto de instrução em prol da “civilização” e “modernização” da sociedade e espaço parahybanos.

No entanto, quando esse “presente de então” passa a ser o “passado de hoje”, aquelas matérias são transformadas em relíquias, restos de um tempo que se foi, e são proferidas por outros porta-vozes, os pesquisadores. A questão é: as vozes propaladas são as mesmas de outrora?

A pertinência dessa pergunta vem da exigência de um tratamento com os documentos históricos que seja constantemente crítico, reflexivo e ativo^{xxi}, já que essas fontes, às vezes tornadas relíquias sagradas, foram criadas a partir de um lugar de poder e como instrumento deste.

Assim, trazemos as orientações de Walter Benjamin (2012; 2016) para falar dos documentos e de como devemos apreendê-los. Não podemos, é claro, desconsiderar as contribuições de autores como Le Goff (2003) com a ideia de documento-monumento; François Dosse (2003) que inclusive traz algumas breves considerações sobre a estética nas teses de Benjamin sobre o conceito de história; Abreu (2006) que oferece caminhos e metodologias para sistematizar e organizar as fontes documentais; e, Ginzburg (2006) e Bloch (2001) que levantam descrições e discussões acerca dos desafios que cercam a pesquisa histórica, dentre tantos outros pesquisadores que se debruçam sobre o passado. Sabemos que há divergências nos leitões filosóficos desses autores e nesse sentido devemos tomar os devidos cuidados para realizar, sempre que for necessário, um diálogo coerente entre os mesmos.

A escolha pelas lições de Benjamin, por sua vez, se deu muito mais por afinidades teóricas – afinidades eletivas nas palavras de Löwi (2005) – quanto à sua concepção metodológica acerca da História. Além disso, dentre os autores citados ele é o que mais se destaca quando se trata da crítica à barbárie que os documentos guardam e por vezes omitem. Segundo Löwi (2005, p. 59), apesar de quase todos os teóricos marxistas mencionarem a *luta de classes* em seus escritos, poucos deram à esse conceito “uma atenção tão apaixonada, tão intensa e tão exclusiva quanto Walter Benjamin”. Assim, tomamos algumas de suas discussões como “lições” a partir das quais encaminhamos nossa abordagem.

Em um de seus textos, Benjamin (2012, p. 42) fala que o historiador Fustel de Coulanges propôs, em seu livro *A cidade antiga*, um método que o próprio Benjamin chama de método da empatia. Este método, sugere que o historiador ignore tudo que conhece da época posterior àquela que tenta reconstruir. Essa concepção é duramente criticada por Benjamin porque a natureza dos documentos que o historiador faz uso e a forma como a História os valida, impõem como objeto de empatia a figura do vencedor. Assim,

[...] *a empatia que tem por objeto o vencedor serve sempre aqueles que, em cada momento, detêm o poder.* Para o materialismo histórico não será preciso dizer mais nada. Aqueles que, até hoje, sempre saíram vitoriosos integram o cortejo triunfal que leva os senhores de hoje a passar por cima daqueles que hoje mordem o pó. *Os despojos, como é da praxe, são também levados no cortejo.* Geralmente lhes é dado o nome de *patrimônio cultural*. Eles poderão contar, no materialismo histórico, com um observador distanciado, pois, o que ele pode abarcar desse patrimônio cultural provém, na sua globalidade, *de uma tradição* em que ele não pode pensar sem ficar horrorizado. Porque ela *deve a sua existência não apenas ao esforço dos grandes gênios que a criaram, mas também à escravidão anônima dos seus contemporâneos.* Não há documento de cultura que não seja também documento de barbárie. E, do mesmo modo que ele não pode libertar-se da barbárie, assim também não o pode o processo histórico em que ele transitou de um para o outro. (BENJAMIN, 2012, p. 43, grifo nosso).

O desafio é, portanto, se deter aos documentos constituídos nos e pelos lugares de poder não com empatia, mas sim com a desconfiança e estranhamento de quem reconhece e condena a “escravidão anônima” contemporânea desse poder. Também sobre a forma como devemos ler esses documentos, Le Goff (2003, p. 538) diz que “qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque o monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem” e, portanto, se faz necessário desmontar e demolir “essa construção e analisar as condições de produção [desses] documentos-monumentos”. Em texto apresentado recentemente, Sousa Neto (2018, Mimeo)^{xxii} também revela a necessidade desse desmonte e diz que até mesmo o território como demarcação de poder se constitui como um território-documento, cuja pena que o escreve tem nas suas tintas o sangue dos povos colonizados e espoliados. O que esse autor problematizou nessa discussão não foram os mitos, as “fábulas” ou as metanarrativas que envolvem esses documentos, mas sim como nós pesquisadores colocamos em crise, em suspensão, tanto os documentos como os seus personagens. Sousa Neto (Ibid.) afirma que

Os documentos de barbárie, contraditoriamente, podem nos ajudar em projetos de emancipação dessa sociabilidade do valor se formos capazes de dessacralizá-los, retirá-los da condição de monumentos e inscrevê-los em uma história feita a contrapelo, negativamente e que, enfim, possibilite que deles partamos para sua

destruição. A barbárie que habita os documentos deve ser a chave de sua interpretação. (SOUSA NETO, 2018, s/p).

Dessa forma e no caso da presente pesquisa, uma das tarefas é, por exemplo, falar da Primeira República do Brasil sempre considerando: que suas bases políticas se constituíram com um golpe militar em 1889 (SILVA, 2008); que foi um contexto em que a violência assumiu novos contornos, se considerarmos que os milhares de negros e negras libertos após 1888 foram expropriados da riqueza que eles mesmos produziram através da exploração de sua força-de-trabalho, e em seguida, deixados em condições miseráveis de reprodução da vida; que era massivo o escoamento da riqueza produzida e do excedente de capitais para as economias imperialistas mantendo sempre o Brasil na condição de economia dependente e periferia do capitalismo; enfim, que era constituída uma modernização incrustada naquela tradição de que fala Walter Benjamin. É essa a República em que se situa a imprensa oficial e, especificamente, o jornal *A União*.

Os documentos produzidos nesse contexto, “*documentos de barbárie*”, eram (e ainda são!) instrumentos para realização desses processos, dessas violências, enfim, desse movimento histórico. Obviamente os vestígios da coerção inerente a esses processos eram “varridos” desses documentos, pois, o que prevalecia era o discurso da civilidade e o silenciamento de tudo que expusesse as contradições inerentes ao moderno e seu projeto “civilizatório”.

Desse modo, ao pesquisador que busca desvendar o passado cabe, segundo Benjamin, a tarefa de se afastar de uma prática que reproduz uma perspectiva historicista e positiva, pois, assim como o documento “não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele (o documento) passou de um vencedor a outro”^{xxiii}. Portanto, para dessacralizar as relíquias, é preciso dizer não só o que está aparente, mas também aquilo que está oculto e as classes que estão por trás desse ocultamento. Assim, o pesquisador pode romper com o contínuo daquela transmissão em que os documentos e as “conquistas” neles contidas passam de um vencedor para outro.

Com isso, cabe a pergunta: por que a imprensa oficial, o jornal *A União*, e não outras fontes que explicitam as vozes e anseios das classes colonizadas e subalternizadas? Primeiro porque sabemos que restou pouco, quase nada, do que foi produzido por essas classes. Segundo, porque a crítica não exige o abandono, a rejeição, dos bens culturais “herdados” da alta classe. Löwi (2005, p. 79), diz que “longe de rejeitar as obras de ‘alta cultura’, considerando-as reacionárias”, Benjamin “estava convencido de que muitas delas são abertamente ou secretamente hostis à sociedade capitalista. Assim, o desafio é “redescobrir os momentos utópicos ou subversivos na ‘herança cultural’”. Isso exige novas formas de, no presente, trazer e evidenciar o passado. Trata-se, portanto, de pensar a história sob outras perspectivas: “do ponto de vista dos oprimidos, o passado não é uma acumulação

gradual de conquistas, como na historiografia ‘progressista’, mas sobretudo uma série interminável de derrotas catastróficas” (LÖWI, 2005, p. 66)

Nesse sentido, propomos uma abordagem nos estudos histórico-geográfico em que no trato dos documentos se evidencie: o espaço-mercadoria como produto da luta de classes com sublevações dos subalternizados, mas também exploração e opressão; a migração como mobilidade compulsória da força-de-trabalho; a propriedade privada como instituição que legalizou a concentração e expropriação de terras.

Assim, o jornal *A União*, como imprensa oficial, que operacionalizava o “progresso” e a civilidade necessárias ao capital e espetacularizava os negócios de sua expansão e reprodução na Parahyba do Norte, pode se tornar relíquia sagrada nas mãos do pesquisador historicista, positivo, “progressista”. Mas, também pode se tornar fonte para o pesquisador ativo que rememora e redescobre os momentos subversivos e utópicos^{xxiv} contidos nas fontes documentais na intenção de atualizar essa subversão e utopia no tempo presente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington. *A velha Paraíba nas páginas dos jornais*. João Pessoa: A União, 1997.

ARRUDA, Pedro Fassoni. *Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889 – 1930*. 1ª Edição, São Paulo: Expressão popular, 2012. (Pp. 119-366)

ASSIS, Raimundo Jucier de Sousa de. *A iminência da subordinação aos Estados Unidos: a afirmação do Brasil como periferia do capitalismo na exposição universal de Chicago*. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BENJAMIN, Walter. *Ensaio sobre literatura* (Obras escolhidas de Walter Benjamin). (Edição e Tradução de João Barrento). 1ª Edição, Portugal: Porto Editora, 2016.

BENJAMIN, Walter. *O anjo da história*. (Organização e Tradução de João Barrento). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Pp. 7-20; 123-164)

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. (Tradução: André Telles), Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Maria Eliza L. Representações do Brasil Moderno para ler, ver e ouvir no circuito dos Museus Comerciais Europeus, 1906 a 1908. *Revista História*, Volume. 26, número. 2, São Paulo. Pp. 92-117. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742007000200006>

BRITO, Mônica Silveira. *Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo na segunda metade do século XIX*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. (Tese de doutorado em Geografia). 2006.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª Edição, São Paulo: Editora Unesp, 2010. (Pp. 171-198; 235-274)

DOSSE, François. *La história: conceptos y escrituras*. 1ª Edição. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta: Jornais Pedro II, Cearense e Constituição*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. (Tradução: Maria Betânia Amoroso; tradução: dos poemas José Paulo Paes; revisão técnica: Hilário Franco Jr.), São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUEDES, Kaline Abrantes. *O ouro branco abre caminhos: O algodão e a modernização do espaço urbano da Cidade da Parahyba (1850-1924)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal, 2006.

HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. (Tradução: João Alexandre Peschanski). São Paulo – SP: BoiTempo, 2015.

HOBSBAWN, Eric J. *A Era do Impérios (1875-1914)*. (Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo), 7ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

LÖWI, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “sobre o conceito de história”*. (Tradução: Wanda Nogueira Caldeira; tradução das teses: Jeanne Marie Gagnebin, Marcos Lutz Müller). São Paulo: Boitempo, 2005. 160 p.

MAGALHÃES, Symphronio de. *As coisas que vi na Europa e na América*. Rio de Janeiro, 1943.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: Ensaio de sociologia da História Lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do estado imperial*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1990.

PEREIRA, Margareth da Silva (2000). A Exposição Nacional de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *ArqTexto*, número 16, Porto Alegre. Pp. 6-27. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/01_MSP.pdf

RODRIGUES, Gonzaga. *Surgimento de A União*. João Pessoa: A União. 201-. Disponível em: <<https://auniaio.pb.gov.br/nossa-historia/a-uniao-uma-viagem-no-tempo/leitura-contextual-do-surgimento-de-a-uniao>> Acesso em: Setembro de 2018.

SARLO, Beatriz. *Siete Ensayos sobre Walter Benjamin*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. *Narrativas em História da Geografia na geografia histórica do capitalismo* [Mimeo]. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

TAVARES, João de Lyra. *A Parahyba*. (Volume II). Parahyba: Imprensa Oficial, 1910.

ARQUIVOS CONSULTADOS

Arquivo Privado Maurílio de Almeida. Endereço: Rua das Trincheiras, 656, João Pessoa – PB.

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba – IHGP. Endereço: R. Barão do Abiaí, 64, Centro, João Pessoa – PB.

Contato com o autor: Wilma Guedes de Lucena <profwilma.geo@gmail.com>

Recebido em: 20/04/2019

Aprovado em: 23/12/2019

ⁱ Este texto deriva da discussão de método realizada para o relatório de qualificação da minha tese de doutoramento defendido no âmbito da Geografia Histórica.

ⁱⁱ Aqui não discutiremos o método de escrita do W. Benjamin como o faz Beatriz Sarlo (2007). O nosso foco consiste na contribuição das teses propriamente ditas.

-
- iii Cf. <<https://auniao.pb.gov.br/nossa-historia/a-uniao-uma-viagem-no-tempo/leitura-contextual-do-surgimento-de-a-uniao>>
- iv Sobre o Jornal *A União* no final do século XIX, vale a pena conferir alguns trechos explorados por Aguiar (1997) no livro “A velha Paraíba nas páginas dos jornais”.
- v Symphronio Magalhães relatou parte de suas impressões ao longo dessas viagens no livro “As coisas que vi na Europa e na América” que foi publicado em 1944.
- vi A grafia será utilizada dessa maneira para manter coerência com a grafia do Estado que no período da Primeira República era Parahyba do Norte.
- vii Jornal *A União*, 19 de janeiro de 1906.
- viii Jornal *A União*, 01 de janeiro de 1906.
- ix Jornal *A União*, 15 de maio de 1913.
- x Jornal *A União*, 15 de janeiro de 1913.
- xi Cf. Tavares (1910), volume II do livro *A Parahyba*.
- xii Categoria adota com base em Ilmar Mattos (1990)
- xiii Socorro Barbosa (200-) diz que questão do elevado analfabetismo como ponto a ser considerado no debate sobre a cultura escrita, e especialmente os periódicos, e seu papel de “instrução pública” deve ser considerada com cuidado, pois, o ato da leitura de textos, jornais etc. naquele período histórico não era individual, mas sim coletivo, e ocorria em espaços públicos e muitas vezes em voz alta para que outros pudessem ouvir.
- xiv Jornal *A União*, 13 de janeiro de 1923.
- xv Denominação o algodão em muitas matérias divulgadas ao longo da década de 1920 no jornal *A União*. Ver também a dissertação de Kaline Guedes (2006).
- xvi Jornal *A União*, 26 de janeiro de 1923.
- xvii Jornal *A União*, 31 de janeiro de 1923.
- xviii Jornal *A União*, 13 de janeiro de 1923.
- xix Cf. Löwi (2005) para entender essa perspectiva ativa proposta por Benjamin. Basicamente a proposição vem do conceito de redenção. O historiador deve rememorar um passado esquecido, sobretudo das vozes silenciadas pelos processos e classes hegemônicas, mas também deve transformar o presente a partir de uma nova concepção da história. Portanto, uma deve ser reflexivo, crítico e ativo.
- xx Ver as matérias: “Congresso de Agricultura do Nordeste – substanciosa monographia do sr dr. João Mauricio. *O Serviço de defesa do algodão do Estado da Parahyba” de 18 de janeiro de 1923; “A falta de algodão no mundo” de 31 de janeiro de 1923; “O ‘ouro branco’ - a maior riqueza do Nordéste – plantemos o algodão” de 1 de fevereiro de 1923; “A Parahyba na exposição do centenário” de 7 de fevereiro de 1923; “O algodão parahybano” de 1 de março de 1923, dentre muitas outras publicadas ao longo do ano de 1923.
- xx Ver matérias dos anos de 1913 que trata da polêmica em torno dos problemas do serviço de abastecimento de água; dos problemas constatados no serviço de distribuição de energia elétrica; sobre as ferrovias e serviço de transporte na capital com bondes elétricos. Em 1923 também foram publicados muitos textos tratando da construção do porto, da expansão das ferrovias no governo de Epitácio Pessoa como presidente da República e muitas outras.

^{xxi} A necessidade desse tratamento ativo perpassa praticamente todas as teses benjaminianas sobre o conceito de história. Cf. Löwi (2005).

^{xxii} O trabalho foi apresentado no I Seminário de Geografia da Ciência dos saberes e da História da Geografia na intitulada "O território em pauta: mapas, documentos e fontes várias" no dia 23 de abril de 2018 no auditório "Milton Santos" localizado na Universidade de São Paulo (USP). Link da programação do evento: <<https://gecausp.wixsite.com/geca/events/i-seminario-de-geografia-da-ciencia-dos-saberes-e-da-historia-da-geografia>>

^{xxiii} Tese VII de Walter Benjamin sobre o conceito de História. Essa tradução foi retirada do livro "*Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses 'Sobre o conceito de história'*" de autoria de Michel Löwi (2005).

^{xxiv} Ver matérias do jornal *A União* que revelam as reivindicações, resistências e reclamações realizadas. Há casos em que ocorreu até assassinato em função da insatisfação com o pagamento a ser feito para se locomover no transporte ferroviário ("*Assassinato na Great Western*" de 6 de março de 1923). Ver também matérias que falam da mobilização de trabalhadores para as demolições realizadas para abertura de avenidas (Exemplo: "*Os trabalhos da prefeitura. O embelezamento do Bairro Tambiá.*" de 2 de março de 1923). Sobre a habitação há várias matérias do ano de 1913: "*As casas de palha: o esbulho exercido como direito...Apelo á equidade dos proprietários fundiários*" de 14 de junho de 1913; "*A cooperativa Predial - o problema da habitação na Parahyba (Relatório)*" de 3 de junho de 1913, dentre muitas outras.